

Carismas e discernimento na eclesialidade

Charisms and discernment in ecclesiality

*Alexandre Augusto Siles**
*Pedro K. Iwashita***

Resumo: Os carismas sempre foram um tema com suas peculiaridades,¹ especialmente na esfera religiosa. Entretanto, no que diz respeito a suas raízes históricas e religiosas, é um assunto bastante relevante para colaborar na formação do sujeito eclesial em vista de transformação social no mundo contemporâneo que está constantemente em mudanças (GS 4-7). Logo, formar o indivíduo em sua totalidade, abrangendo a uma formação consciente para a socialização

* Alexandre Augusto Siles graduado em Filosofia licenciatura plena pela Unifai, Ipiranga; Bacharel em teologia PUC-SP, campus Ipiranga; mestrando em teologia sistemática na PUC-SP, campus Ipiranga. Padre há oito anos na Diocese de Osasco/SP, atualmente pároco na paróquia de São José em Mairinque/SP. E-mail: pe.aasiles@gmail.com.

** Pedro K. Iwashita, doutor em Teologia pela Universidade de Friburgo, Suíça; professor do Programa de Estudos Pós Graduados em Teologia da PUC/SP. E-mail: iwashita2001@gmail.com

¹ A Congregação para a Doutrina da Fé e a Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB, preocupam-se com toda a promoção e edificação da fé e seu bom relacionamento com as demais áreas do saber científico, filosófico e cultural. Portanto, estes dicastérios ocupam-se das matérias relacionadas com a promoção e a tutela da doutrina da fé e da moral e, além disso, são competentes para o exame de outros problemas ligados à disciplina da fé, como os casos de pseudo-misticismo, de aparições afirmadas, de visões e mensagens atribuídas a uma origem sobrenatural (cf. Congregação para a Doutrina da Fé: Normas para proceder no discernimento de presumíveis aparições e revelações. São Paulo: Edições Paulinas, 1978).

passa a ser um grande desafio para a Igreja² e por sua vez, uma temática significativa, especialmente no diálogo entre a fé e razão. Certamente quando falamos de consciência e sua formação em um contexto eclesial visando transformação social, há de se levar em consideração os dons e carismas, que Jesus Cristo deixou como dom e serviço para sua Igreja (CIC 1302, 1303).

Palavras-chave: Igreja; Carismas; Discernimento; Eclesial; Batizado.

Abstract: Charisms have always been a theme with its peculiarities, especially in the religious sphere. However, with regard to its historical and religious roots, it is a very relevant subject to collaborate in the formation of the ecclesial subject in view of social transformation in the contemporary world that is constantly changing (GS 4-7). Therefore, to form the individual in its totality, encompassing a conscious formation for socialization becomes a great challenge for the Church and in turn a significant theme, especially in the dialogue between faith and reason. Certainly when we speak of conscience and its formation in an ecclesial context aiming at social transformation, we must take into consideration the gifts and charisms that Jesus Christ left as a gift and service for his Church (CIC 1302, 1303).

Keywords: Church; Charisms; Discernment; Ecclesial; Baptized.

Introdução

Hoje, mais do que no passado, a notícia de aparições difunde-se rapidamente entre os fiéis graças aos meios de informação. Além disso, a facilidade dos deslocamentos favorece e multiplica as peregrinações. Por isso, a Autoridade eclesiástica é chamada a pronunciar-se a este respeito sem demora. Por outro lado, a mentalidade hodierna e as exigências científicas e aquelas próprias do inquérito crítico tornam

² DOCUMENTO DA CNBB. Comunidade de comunidades: Uma Nova Paróquia. A conversão pastoral da paróquia: 100. Edições CNBB: Aparecida, 2014, p. 15.

mais difícil, se não quase impossível, emitir com a devida rapidez os juízos que no passado concluíam os inquiridos em matéria e que ofereciam aos Ordinários a possibilidade de autorizar ou proibir o culto público ou outras formas de devoção entre os fiéis. Por estes motivos, a fim de que a devoção suscitada entre os fiéis por acontecimentos deste tipo possa manifestar-se no respeito da plena comunhão com a Igreja e dar frutos, dos quais a própria Igreja possa discernir em seguida a verdadeira natureza dos acontecimentos, foi promovido em matéria orientações a respeito de carismas e discernimento pastoral.³

1. Ponto de partida: preliminares e aprofundando a temática

No que se refere ao crescimento e fortalecimento do sujeito eclesial e sua transformação no mundo social, há certa preocupação da Igreja no discernimento relativo aos dons e carismas para o serviço do bem comum (1Cor 12,7). Partindo desta visão, é importante saber orientar o leigo batizado quanto a missão da Igreja, pois as cartas do *corpus paulinus*, toca a fundo cada um desses questionamentos já desde os tempos iniciais da Igreja. Citando como exemplo, São Paulo escreve a comunidade de Tessalônica, dizendo: “Não extingais o Espírito. Não desprezeis as profecias. Examinai tudo: abraçai o que é bom. Guardai-vos de toda a espécie de mal” (1Ts 5,19s). Ou a própria exortação do Magistério da Igreja, visando a boa atuação dos membros na comunidade eclesial como Corpo de Cristo (1Cor 12,12) e edificadores de sua Igreja (1Pd 5,5):

A fé e a razão (*fides et ratio*) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de O conhecer a Ele, para que, conhecendo-O e amando-O, possa chegar também à

³ CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. Normas para proceder no discernimento de presumíveis aparições e revelações. São Paulo: Edições Paulinas, 1978, p. 4.

verdade plena sobre si próprio (Ex 33, 18; Sl 2726, 8-9; 6362, 2-3; Jo 14,8; 1Jo 3,2).⁴

Apesar da clareza na afirmação do Magistério eclesial em relação a fé e a razão, ainda, encontramos alguns que fizeram apologia negativa a este tipo de união. Como, por exemplo, Kant⁵ quando elaborou o texto sobre a crítica da razão pura⁶ e ressaltou claramente que os fenômenos ocorridos extra-sentidos não podem ser conhecidos como experiência real e verdadeira, devido ao fato de estarem classificados em puros e impuros. Assim, na ótica de Kant surge um sério desafio para a comunidade eclesial, em saber discernir o que é realmente do intelecto e o que é fruto deste mesmo intelecto. Ou seja, como ter certeza se os conteúdos externados pela razão nos momentos de espiritualidade, são de fato puros ou não? Deste ponto de vista urge a necessidade de examinar profundamente cada fenômeno advindo pelos carismas, e também auxiliar o sujeito eclesial a ter bom discernimento para servir de maneira equilibrada na comunidade e na sociedade.

Assim sendo, de certa forma, esta observação anotada por Kant fez emergir novos desafios especialmente no seio da Igreja medieval. Pois, com a crítica à razão pura, Kant sugeriu uma grande mudança paradigmática, colocando como centro da história o antropocentrismo e deixando o teocentrismo como segundo plano na história da humanidade. No entanto e obviamente que no contexto de diálogo entre a fé e a razão, não faltaram os apologistas da ascese cristã com equilíbrio e discernimento, pois já bem antes de Kant anotar a via racional como único meio de conhecimento, temos Santo Agostinho⁷

⁴ PAPA JOÃO PAULO II. *Fides et Ratio*. Exortação Apostólica Pós Sinodal: sobre a fé e razão. São Paulo: Edições Paulinas, 1998, p. 14.

⁵ KANT, I. *Crítica a razão pura*. Tradução: Valério Rohden e Udo Balgur Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, p. 35.

⁶ *Ibidem*, p. 48-59.

⁷ SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1984, p. 5-12.

no século IV discursando sobre as vias de conhecimento racional e espiritual, assinalando que o conhecimento pode ser apreendido de forma *a priori*,⁸ pois acima da razão se encontra Deus e ninguém é maior que o próprio Deus.⁹

Deste ponto de vista, sabe-se que tal reflexão no contexto religioso, é uma temática que traz consigo vários tipos de melindres,¹⁰ e por isso que quando falamos de visões e aparições,¹¹ sobretudo na esfera religiosa, não deve ser descartado alguns critérios e análises proferidas pelo Magistério da Igreja.

2. A consciência na ótica científica

Falando um pouco de ciência empírica e da sensibilidade cognitiva do ser humano, no seu modo de apreender e desenvolver o conhecimento sabe-se que alguns estudiosos na área da psicologia, observam atentamente os fenômenos de aparições e revelações, especialmente os que aconteceram nos últimos séculos.¹² Tudo na tentativa de entender melhor a ascese cristã e suas tomadas de decisões em relação a visões ou revelações, para quem sabe oferecer novos conceitos e também poder corroborar com análises científicas.¹³

Nesta lógica, antes de mais nada, crê-se que seja mister examinar o sentido da palavra consciência em sua essência etimológica. Desta forma, encontra-se uma pequena descrição que nos cabe muito bem

⁸ AQUINO, T. *Suma Teológica*, v. I, q. 12, a. 4 e 5. Como conhecer a Deus. São Tomaz de Aquino explica como ocorre o conhecimento ao intelecto, seja pelas vias naturais ou sobrenaturais. São Paulo: Paulinas, 2005.

⁹ SANTO AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. São Paulo: Editora Paulus, 1997, p. 80-93.

¹⁰ COMISSÃO EPISCOPAL DE DOCTRINA. *Aparições e revelações particulares*. Paulinas, 1990, p. 10.

¹¹ Cf. At 2, 17; 1Cor 12, 4-11.

¹² LENT, R. *Neurociência: da mente ao comportamento*. São Paulo: Editora Zahar, 2009, p. 5.

¹³ MLODNOW, L. *Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas*. São Paulo: Zahar, 2013, p. 10.

em nossa temática. Assim explica Edinger¹⁴ sobre a raiz etmológica da palavra consciência; *conciuous*, ou seja, *conciente* e sua derivação de *con* ou *cum*, conforme o emprego significa *com* ou dependendo da qualificação *juntamente com*, e depois o seu complemento como *scire*, resultando em *saber*. Portanto sua junção fonética traz consigo o mesmo que *consciência moral*. Neste sentido, continua Edinger, o significado da palavra consciência traz a informação referente a conhecer o outro. Assim sendo a palavra ciência, que também deriva de *scire*, tem o seu significado somente de conhecer, ou seja, conhecer sem estar com.

Nesta perspectiva, conhecer o outro e estar junto com, nos aproxima bem de perto com a teoria junguiana que descobriu o inconsciente coletivo,¹⁵ e de certa forma fez com que surgisse uma nova visão sobre o conceito de consciência e sua formação, ou ao menos nos faz refletir um pouco mais sobre imagens e revelações no contexto religioso. Por isso Jung¹⁶ ao propor a teoria do inconsciente coletivo abriu um novo paradigma e novo modo de pensar sobre a formação da consciência, especialmente quando mencionou a descoberta de imagens primordiais que podem ser trazidas a tona na vida presente do indivíduo e de certa forma influenciar em sua vida cotidiana.

Todavia, apesar de todo o esforço de Jung e seu aprofundamento no estudo na área da consciência, mesmo assim, nem todas as escolas psicológicas foram a favor destas definições¹⁷ acerca do inconsciente coletivo e somente algumas escolas resolveram adotar o conceito junguiano. Mas nem por isso foi totalmente descartada tal hipótese, ao contrário se tornou tema de profunda reflexão científica e com rastros em matéria teológica.

¹⁴ EDINGER, E. F. *A criação da consciência: o mito de Jung para o homem moderno*. São Paulo: Editora Cultrix, 1987, p. 34.

¹⁵ PALMER, M. *Freud e Jung sobre a religião*. São Paulo: Edições Loyola: 2001, p. 154-159.

¹⁶ *Ibidem*, p. 126-133.

¹⁷ *Ibidem*, p. 122, 246-247.

Segundo Jung,¹⁸ o inconsciente coletivo não está somente ligado às experiências pessoais de cada indivíduo, mas trata-se de um conjunto de informações da história da herança genética de cada indivíduo. Com efeito, na ótica de Jung, há uma distinção na ordem da formação da consciência pessoal de cada indivíduo. Assim, a informação junguiana é que em hipótese alguma se deve confundir o inconsciente coletivo com o inconsciente pessoal. Pois na visão de Jung¹⁹ este último (o pessoal) refere-se às experiências pessoais de cada indivíduo e por isso pode trazer para sua consciência momentos que foram recalçados ou esquecidos em sua vida pessoal.

Nas palavras de Jung, os sentimentos, emoções, alegrias, desafetos, tristeza, dores sentimentais, medo, tensões e afins, podem alterar as ações ou atitudes diárias do indivíduo. Já o inconsciente coletivo, para Jung, não se refere a história pessoal do indivíduo somente, e sim, possui forte ligação com toda árvore genealógica de cada linhagem do indivíduo, dando a entender que os pensamentos que ora parecem ser desconexos entre si ou muitas vezes sem muito entendimento, são reflexos ou derivações de pensamentos primordiais de outros antepassados, que foram herdados pelo indivíduo na atualidade. Efetivamente, o inconsciente coletivo para Jung trata-se de um conjunto de sentimentos, pensamentos, lembranças e experiências compartilhadas por toda a humanidade pela herança genética.

Neste sentido, conforme Jung, o inconsciente coletivo é um enorme acúmulo de imagens e heranças primordiais, denominada de arquétipos,²⁰ que cada indivíduo herdou de todos os seus antepassados: histórias, pensamentos, experiências, etc. Portanto, a conceituação de Jung, quer analisar as heranças primordiais dos antepassados, como predisposição para recuperar as imagens do inconsciente coletivo, assim, colaborar de forma indireta com as

¹⁸ Ibidem, p. 148-149.

¹⁹ Ibidem, p. 144-145.

²⁰ PALMER, *ibidem*, p. 148.

análises de fenômenos religiosos-psicológicos no inconsciente de cada pessoa. Deste ponto de vista, explica Jung²¹ que o chamado inconsciente coletivo se encontra em um nível mais profundo da mente adormecida e que tem um caráter de comunicação entre consciencia e inconsciente, ou seja, é interpessoal e universal, logo, o inconsciente coletivo é um subproduto da consciência adormecida e pode influenciar em determinadas ocasiões.

Enfim as experiências cognitivas peculiares da vida do ser humano em sua formação integral ocorrem de inúmeros modos e com muitas práticas. Em vista disso, o Magistério da Igreja, oferece prudentemente ao leigo batizado critérios e orientações relativas aos carismas de revelações e aparições.²² Com efeito, na visão de Jung, revelações e aparições, podem ser manifestações de um subproduto da consciência adormecida.

3. A perspectiva da consciência moral na vida do leigo *in ecclesia*

O exercício da liberdade implica a referência a uma lei moral natural, de caráter universal, que precede e unifica todos os direitos e deveres. A Lei natural não é senão a luz do intelecto infusa por Deus em nós, graças à qual conhecemos o que se deve fazer e o que se deve evitar. Esta luz ou esta lei deu-a Deus ao homem na criação e consiste na participação na Sua lei eterna, a qual se identifica com o próprio Deus. Esta lei é chamada natural porque a razão que a promulga é própria da natureza humana. Ela é universal, estende-se a todos os homens enquanto estabelecida pela razão. Nos seus preceitos principais, a lei divina e natural é exposta no Decálogo e indica as normas primeiras e essenciais que regulam a vida moral. Ela tem como eixo a aspiração e a submissão a Deus, fonte e juiz de todo o bem, e bem assim o sentido do

²¹ PALMER, *ibidem*, p. 148-149.

²² COMISSÃO EPISCOPAL DE DOCTRINA. *Aparições e Revelações Particulares*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990, p. 15-16.

outro como igual a si mesmo. A lei natural exprime a dignidade da pessoa humana e estabelece as bases dos seus direitos e dos seus deveres fundamentais.²³

Neste sentido, segundo explicação e definição do dicionário de conceitos teológicos,²⁴ na atualidade moderna, muitos enxergam a consciência moral como algum distúrbio na conduta moral ou um problema a resolver, do que algo que precisa ser apreendido pelo ser humano. Efetivamente uma das razões de tal problemática se encontra em parte na difícil tarefa do comprometimento laical e eclesial. Desta forma, a chamada voz da consciência alerta-nos toda vez que algo contrário a uma lei gravada no coração do homem esta prestes a ser corrompida, ou seja, o juízo prático da consciência impõe ao ser humano uma atitude contrária ao erro.²⁵

Assim, para isso temos uma lei de que chamamos de natural, ou seja, uma lei manifesta a todos os homens de forma interior e universal.²⁶ Com efeito, trata-se de um dom doado a todos os homens em sua formação humana e espiritual que é identificada e regida pela razão.²⁷ Sua fonte e sua raiz principal indicam gesto de submissão total e particular atenção às bases formadoras do direito e dignidade humana.²⁸ Assim, a cidadania e o bem comum a todos são por direitos que regem a ordem universal da lei natural impressa no coração do homem. Porém, a dificuldade em entender tal partilha e divisão de bens, fez com que a lei natural estabeleça critérios de equilíbrio entre

²³ COMPÊNDIO DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, 140.

²⁴ PETER. E. *Dicionário de Conceitos fundamentais de Teologia*. Tradução: João Rezendes Costa. São Paulo: Paulus, 1993, verbete Consciência e Responsabilidade, p. 116.

²⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina social da Igreja*. Tradução: CNBB. São Paulo, Paulinas, 2005, DSI 139, p. 86.

²⁶ DENZINGER – HÜNERMANN. *Compêndio dos Símbolos e Declarações de Fé e Moral*. Atualizada por Johan Konings com base na 43ª. Edição alemã (2010), preparada por Peter Hünermann e Helmut Hoping. 2. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Edições Paulinas, Edições Loyola, 2013, DHL:1c, p. 1425.

²⁷ DH, *ibidem* 3956, p. 888.

²⁸ DSI, *ibidem* 140, p. 86-87.

a consciência e a ação humana²⁹ e o homem por sua vez se esforce na busca de conquistar as virtudes necessárias³⁰ que lhe faltam para esta empreitada.

Neste sentido o ser humano enquanto ser vivente é o único que possui capacidade racional e intelectual de absorver o dever de cumprir as leis divinas que são imutáveis.³¹ Assim sendo, a lei natural provém da manifestação divina e desde o monte Sinai com o decálogo (Ex 20), o homem busca seguir e cumprir uma lei moral que foi dada como bom caminho e que o leve a formar uma consciência reta para atuar na vida social, familiar e eclesial (Jz 24,15). Seu sentido amplo está implícito no querer atuar em favor do bem de todos e buscar o que é justo. Desta forma, a finalidade da boa conduta moral visa conceder paz e harmonia espiritual ao homem, dando assim, equilíbrio entre o pensar e o agir, o ser e o estar.³²

Todavia o ser humano não possui somente a lei natural gravada em seu coração, mas ao lado desta, encontra-se a lei que destrói e corrompe todo o ser humano.³³ Por isso o ser humano deve buscar incansavelmente cada vez mais se formar moralmente, mediante a um sistema de lei infusa em seu interior, refletindo através de atos com práticas salutares na sociedade em que se vive. No entanto, o conflito que busca causar a lei natural no interior do ser humano, nada mais é que um convite a ser partícipe da natureza divina desde já, com atitudes concretas e transformadoras, buscando salvar o homem dos erros diários, logo, o ser humano é impelido a se aproximar do bem e resisitir ao mal.³⁴ Ainda assim, o homem, deve quebrar os paradigmas somente de leis infusas e conquistar as que lhe faltam e

²⁹ DSI, *ibidem* 145, p. 89.

³⁰ FAUS, F. *A Conquista das Virtudes*. São Paulo: Cultor de Livros, 2014, pp. 23-28.

³¹ DH, *ibidem* A 2aa, p. 1280.

³² DH, *ibidem* 1b, p. 1330.

³³ *Ibidem*.

³⁴ DH, *ibidem* 1eb, p. 1426

são extremamente necessárias para o crescimento e fortalecimento de sua conduta moral social e espiritual.³⁵

Por esse termo de conquista, já se sabe que muitas vezes haverá momentos desafiadores que devem ser vencidos pela busca da boa consciência.³⁶ Nesta perspectiva de perseverança, as maquinações contrárias existentes na sociedade e no mundo, irremediavelmente, deverão fazer parte do contexto para tentar extinguir do coração do homem o desejo saudável de ter fé e de formar a consciência do indivíduo eclesial em sua totalidade.³⁷ Assim sendo, quando fala-se de consciência cristã, objetivamente lembrar-se-á do sujeito eclesial que está por traz desta temática, e que deve amadurecer constantemente no conhecimento pessoal e no seio da comunidade eclesial.³⁸ Com efeito, o leigo batizado e sua vida ministerial passa a ser a principal causa protagônica desta história cheia de alegrias e desafios em meio a novos cenários de evangelização.³⁹ Por isso inevitavelmente a aquisição das virtudes para uma boa conduta moral e conversão pastoral urge na vida ministerial laical e clerical,⁴⁰ afastando assim todo tipo de corrupções e devaneios que são muitas vezes propostos pela sociedade e o mundo pagão.

Nesta ótica cristã, vemos que algo a mais pode ser acrescentado na vida corriqueira do fiel leigo batizado em sua vida ministerial, para melhor formar sua consciência, e assim discernir o que de fato é real ou virtual em um mundo que se encontra em constantes mudanças e transformações (GS 4). Por sua vez as mudanças requerem adaptação rápida e prática com uma vida de seguimento e um discipulado que

³⁵ FAUS, *ibidem*.

³⁶ FAUS, *ibidem* pp. 19-20.

³⁷ TRESE, L. J. *A fé explicada*. São Paulo: Editora Quadrante, 1999, p. 191.

³⁸ V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO E DO CARIBE. *Documento de Aparecida*. Aparecida/SP: Edições CNBB, Paulinas e Paulus, 2007, n. 278c, 292.

³⁹ DOCUMENTO DA CNBB. *Comunidade de comunidades: Uma Nova Paróquia*. A conversão pastoral da paróquia: 100. Edições CNBB: Aparecida, 2014, pp. 20-24.

⁴⁰ Dap, *ibidem* 365-368.

seja autêntico.⁴¹ Neste cenário, formar o indivíduo eclesial dentro de um contexto de várias mudanças sociológicas e estruturais, requer também a iniciativa pessoal e muito esforço comunitário, logo, sabedoria e muita perseverança. Portanto, a formação consciente é inevitável ao sujeito eclesial, pois sua tendência interior tanto o impulsionará a um mundo de bons hábitos, buscando as virtudes necessárias à sua formação, como também terá o risco iminente de se estraviar dos bons costumes apreendidos ao longo do percurso oferecidos pela lei natural que foi impregnada em seu coração, logo, dando lugar a erros e a cultura hedonista atual.⁴²

Dentro desta ótica, a formação da consciencia moral na sociedade pode contribuir eficazmente no discernimento da consciência pessoal, que por sua vez corrobora a uma acese cristã para ser semente que transforma; onde as realidades opressoras excluem o mais pobre, faltando-lhes muitas vezes a solidariedade.⁴³ Neste sentido, abre-se um grande leque com proporções imensas, no sentido de que o ser racional deve ser guardado em sua totalidade de espírito alma e corpo (1Tes 5,23).

Com efeito, é salutar que o indivíduo use a inteligência a favor de seu crescimento pessoal e também vise transformar a sociedade em que se vive, pois o ser humano deve reconhecer na ordem social a imagem e semelhança de Deus.⁴⁴ Contudo a livre escolha em fazer o bem e a busca incansante em ter boa conduta moral ligeiramente pode satisfazer o ser humano,⁴⁵ dando a ele grandes proporções de medir e examinar o que se vê ou o que se sente. Isto é, em termos de ascese é necessário que o homem seja reto em seu agir, para que nada o corrompa no discernimento de uma vida espiritual boa e sadia.

⁴¹ Dap, ibidem 284.

⁴² FAUS, F. *A Conquista das Virtudes*. São Paulo: Cultor de Livros, 2014, pp. 49-53.

⁴³ GRENZER, M. *O Projeto do Êxodo*. São Paulo: Edições Paulinas, 2004, pp. 28-29.

⁴⁴ Ibidem, DH C: 4ga.

⁴⁵ FAUS, ibidem, pp. 21-22.

Neste sentido, a perspectiva da formação da consciência moral quer fomentar ainda mais a vida do ser humano para que ele não se perca em meio a trevas e escuridões do mundo que o cerca,⁴⁶

Assim, é edificante lembrar-nos de Santo Tomas, e recordar seu ensinamento sobre uma das virtudes que pode ser adquirida, onde assinala que a prudência é uma virtude especial acima das outras virtudes,⁴⁷ logo, é imprescindível a prudência no ministério leigo. Assim sendo, ninguém deve esquecer que agir sempre com prudência passa a ser um remédio eficaz em qualquer situação, pois toda a sua ação será boa,⁴⁸ sem deixar ilusão alguma tomar conta da mente, do corpo e da alma com meras alienações como se fosse um dogma imposto pela consciência a ser seguido.

4. Razoabilidade e eclesialidade

A partir da visão conciliar do Concílio Vaticano II, inúmeros frutos tornaram-se manifestos com mais eficácia nos mais diversos âmbitos da vida eclesial, sobretudo no âmbito religioso. Como por exemplo: a repercussão positiva e a compreensão da Igreja como povo de Deus; como Corpo de Cristo e templo do Espírito Santo; ou mesmo a Igreja como sociedade visível e espiritual (LG 6,7,8). Neste sentido, no que se refere aos batizados como corpo místico da Igreja (Cor 12) e os seus carismas na missionariedade *ad gentes*, ainda assim, há inúmeros desafios a serem desobstaculizados.

Desta forma, corroborando com a visão pós conciliar, assinala as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2011-2015) como urgência a ser realizada,⁴⁹ que a missão evangelizadora

⁴⁶ DOM CARREIRA, J. C. *Trevas ou Luz: os pecados capitais e os dons do Espírito Santo*. São Paulo: Associação Brasileira Ajuda à Igreja que sofre, 2011, pp. 14-18.

⁴⁷ AQUINO, T. *Suma Teológica: a fé, a esperança e a caridade*. São Paulo: Edições Loyola, IV, q. 47, a. 5, obj. 1.

⁴⁸ *Ibidem*, IV, q. 47, a. 4, obj. 3.

⁴⁹ DOCUMENTO DA CNBB, *ibidem*, pp. 39-46.

é um dos fundamentos eclesiais. Efetivamente, a necessidade da ação missionária e transformadora da Igreja no mundo contemporâneo, é um desses exemplos que citamos facilmente e ouvimos com largueza em qualquer palestra de nossas Igrejas na atualidade. Assim, na ótica missionária da atualidade cristã até mesmo o Papa Francisco tem orientado com frequência em seus discursos ora catequéticos ou mesmo nos documentos pontifícios que os pastores devem ter cheiro de ovelhas e ainda que os batizados devam viver com uma forma de vida revolucionária buscando a liberdade sob a graça de Deus.⁵⁰

Neste seguimento, nos rastros do Concílio Vaticano II o Papa Francisco oferece um olhar para uma Igreja verdadeiramente voltada para além dos muros do templo, ou seja, ser uma Igreja de saída ao mundo moderno.⁵¹ Com efeito, as orientações conciliares na visão do Papa Francisco é um convite a nos tornarmos bons discípulos missionários seguindo a risca a leitura da doutrina social da Igreja e ser agentes eclesiais com estruturas sólidas para ir ao encontro dos mais necessitados e tornar-se servidores do bem comum.⁵²

Nesta ótica de verdadeiros discípulos e de uma fé transformadora que não seja alienante, mas encarnada também no mundo social, emerge um dos grandes desafios da Igreja no mundo contemporâneo que é fugir da zona de conforto ou do atual esquema tradicional, com demasiado conservadorismo, que muitas vezes almeja somente as mudanças no interior do templo⁵³ com certas ritualidades excessivas, esquecendo-se das camadas sociais adjacentes ligadas ao verdadeiro Evangelho deixado por Jesus (Mt 5,1-12).

⁵⁰ PAPA FRANCISCO. *A Igreja da Misericórdia: minha visão para a Igreja*. São Paulo: Paralela, 2014, pp. 17-18; 69-72.

⁵¹ EXORTAÇÃO PÓS-SINODAL. *Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual: ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2009, p. 17.

⁵² DSI, ibidem 182-184.

⁵³ Dap, ibidem 365.

Efetivamente a história da verdadeira religião de Jesus Cristo e da espiritualidade cristã está intimamente ligada à vida dos mais necessitados⁵⁴ e conseqüentemente à sociedade, e por isso, não há como se desvilinear das ações sociais que visam a promoção e dignidade humana. Neste sentido, devemos responder à pergunta, como encontrar um ponto de equilíbrio que seja adequado, para servir e ao mesmo tempo não se distanciar da ascese cristã? Existe uma regra para isso? Qual a medida certa sobre espiritualidade e serviço? Espiritualidade e serviço são as mesmas coisas? Oração e ação são movimentos estanques dentro da Igreja?

Visa-se por este ângulo, o discernimento nas várias situações do cotidiano, é algo que não nos pode faltar para ajudar a ter uma visão mais ampla e apurada em relação o tipo e qualidade de formação para agregar conhecimentos verdadeiros e não alienantes à *praxis cristã*. Neste sentido, a razoabilidade, passa a ser uma temática melindrosa e ao mesmo tempo importante no cenário de vida religiosa e sua formação, sobretudo na inserção e sociabilidade cultural. Efetivamente, o Sacramento do Batismo, propõe um discipulado que seja autêntico, numa vida que seja enganjada em um mundo eclesial, dispostos a colaborar na positividade transformadora no mundo contemporâneo.

Desta forma, conforme sublinha o Catecismo da Igreja Católica, o discernimento é um carisma do Espírito que nos foi dado como fruto da ação batismal em nossas vidas e neste sentido precisamos de meios eficazes e ponderados para vivenciá-lo em uma formação ativa e equilibrada. Conseqüentemente a vida batismal *in ecclesia* deve estar voltada e enganjada para a realidade que nos cerca, especialmente no âmbito da conversão, com sentido estrito de *metanoya*, ou seja, mudança de conduta e transformação interior com vistas a mudança

⁵⁴ Dap, *ibidem* 183.

exterior. Desse modo, a conversão, inevitavelmente deve influenciar no comportamento social e sua transformação.

Seguindo ainda este ponto de vista, temos a perspectiva joanina que deseja colocar toda a comunidade, especialmente a religiosa em estado de alerta, pois são João enfatiza em sua carta, que a luta também deve ser vista e lida também numa ótica espiritual. Assim escreve são João:

Houve uma batalha no céu. Miguel e seus anjos tiveram de combater o dragão. O dragão e seus anjos travaram combate, mas não prevaleceram. E já não houve lugar no céu para eles. Foi então precipitado o grande dragão, a primitiva serpente, chamado demônio e satanás, o sedutor do mundo inteiro. Foi precipitado na terra, e com ele os seus anjos... (Ap 12,7-9).

Na mesma ótica, o apóstolo Paulo exorta-nos com palavras de prudência e pede-nos certa vigilância quando escreve a comunidade de Éfeso:

Pois não é contra homens de carne e sangue que temos de lutar, mas contra os principados e potestades, contra os príncipes deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal (espalhadas) nos ares. Tomai, por tanto, a armadura de Deus, para que possais resistir nos dias maus e manter-vos inabaláveis no cumprimento do vosso dever. Ficai alerta, à cintura cingidos com a verdade, o corpo vestido com a couraça da justiça, e os pés calçados de prontidão para anunciar o Evangelho da paz. Sobretudo, abraçai o escudo da fé, com que possais apagar todos os dardos inflamados do Maligno. Tomai, enfim, o capacete da salvação e a espada do Espírito, isto é, a palavra de Deus. Intensificai as vossas invocações e súplicas. Orai em toda circunstância, pelo Espírito, no qual perseverai em intensa vigília de súplica por todos os cristãos (Ef 6,12-19).

Continua ainda são Pedro: “Sede sóbrios e vigiai. vosso adversário, o demônio, anda ao redor de vós como o leão que ruge, buscando a quem devorar. Resisti-lhe fortes na fé” (1Pd 5,8). Com efeito, os

Apóstolos oferecem propostas como vias iluminativas e alternativas como critérios de observância para alcançar boa vida ascética na prática cristã. De fato ao nos aproximar de temáticas com abordagens espirituais, a prudência não deve faltar jamais, pois como destaca Santo Tomás de Aquino⁵⁵ a virtude da prudência está acima de todas as outras virtudes e por isso pode nos ajudar a discernir o que é fruto de uma fé alienante e o que é fruto de uma verdadeira espiritualidade eclesial. Assim, não podemos descartar as inúmeras exortações magisteriais desde o nascimento e manifestação da Igreja, em especial aquelas contidas nos Evangelhos.

5. Critérios de discernimento pastoral na ótica eclesial

“No decorrer da história do cristianismo, muitas pessoas se apresentaram como tendo recebido aparições e revelações celestiais. Paulo, às portas de Damasco, foi um deles (At 9,3-9). Ele mesmo se refere ao fato em suas cartas (Gl 1,12-17). Pedro teve uma visão antes de ir à casa do centurião Cornélio (At 10,9ss). Estevão, antes de sua morte, viu a glória de Deus, e Jesu, à direita dele⁵⁶ (At 7,55s)”.

Diante das ponderações do Magistério da Igreja, a pergunta que talvez tenhamos que responder como sugestão de um caminho prudente seria qual o limite das revelações, ou ainda mais, que função missionária há no rastro de presumíveis revelações ou aparições? Assim, na reflexão de alguns estudiosos⁵⁷ desta área, as revelações ou aparições equivale a uma manifestação visível de um ser cuja visão represente uma autocomunicação de Deus e por isso em certas

⁵⁵ AQUINO, T. *Suma Teológica*: a fé, a esperança e a caridade. São Paulo: Edições Loyola, IV, q. 47, a. 5, obj. 1.

⁵⁶ COMISSÃO EPISCOPAL DE DOUTRINA. *Aparições e Revelações particulares*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990, p. 22.

⁵⁷ LAURENTIN, R. *Aparições – II Parte: Aspectos Históricos*, in DE FIORES, Stefano e MEO, Salvatore. *Dicionário de Mariologia*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 116.

ocasiões, são quase que inexplicáveis, pois altera momentaneamente o curso natural das coisas. Neste sentido, destaca a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, no capítulo 2, assinalando que Deus se revela por acontecimentos e palavras e pode intervir na criação humana em horas que Ele quiser e por isso abre-nos a perspectiva do milagre.

Em vista disso, mesmo assim, sabe-se que os carismas de revelação e aparições não são parte integrante do *depositum fidei*, e sim uma manifestação do Espírito de Deus em determinadas ocasiões ou períodos históricos da nossa era. Assim, os fiéis batizados não têm obrigação nenhuma de aceitar as informações que são manifestas em certas revelações ou aparições. Entretanto, é prudente discernir com sabedoria o que determina o Magistério da Igreja e ficar com o que é bom. Neste sentido, vejamos o que orienta a Comissão Episcopal de Doutrina:

A Igreja é uma comunhão de ministérios e carismas. Uma correta teologia da Igreja diz-nos que ela não é apenas uma instituição hierárquica, mas também acontecimentos carismático-profético, pelo dom precioso do Espírito de Jesus Cristo. A renovação da doutrina sobre os dons e carismas abre um espaço para uma avaliação sadia desses fenômenos, na Igreja.⁵⁸

Visto por este ângulo, o processo de discernimento pastoral e eclesial deve levar em consideração a acurada análise do fenômeno em si, ou como se deu o fato, em que situação, o contexto em que se repercute tal fenômeno, se há um significado em consonância com a mensagem do Evangelho, enfim. Pois para quem crê, Deus pode se manifestar à sua criatura, basta-nos lembrar de alguns momentos da história da salvação do gênero humano. Como por exemplo, Abraão, que é chamado por Deus a ser pai do seu povo (Gn 12) ou mesmo de Moisés que percebe a presença de Deus na sarça ardente (Ex 3,15). Desta forma, é a determinação e autenticidade das manifestações

⁵⁸ CED, *ibidem* p. 17.

divinas que fará a diferença, logo, inegavelmente consitui um desafio eclesial. Pois conforme enfatiza a mesma comissão (CED), as manifestações extraordinárias não cessaram com a primeira geração do cristianismo, elas continuam até nossos dias.

Assim sendo, nesta tarefa que parece ser fácil, porém muito árdua, pois sabemos que muitos se aproveitam da ingenuidade e simplicidade dos mais pequeninos, assim, é preciso observar duas coisa ao menos, primeiro nunca se afastar de Cristo, pois é a Revelação plena do Pai: quem me vê, vê o Pai (Jo 14,9). Segundo, nunca sufocar o Espírito Santo de Deus, que sopra onde quer (Jo 3,8).

Considerações finais

Finalizando a temática, é importante recordar o quanto Jesus, Filho de Deus alertou sobre o messianismo vindouro nos séculos precedentes ao seu nascimento e por isso a atenção relativa aos movimentos carismáticos dentro e fora da religião cristã é imprescindível. Desta forma, os pregadores católicos devem colaborar no incentivo de discernir bem e com sabedoria qual é a fé da Igreja, com vistas de aprimorar ainda mais os ensinamentos cristológicos. Assim sendo, deixar claro qual é a palavra da Igreja relativamente ao que se diz de uma revelação ou aparição. Neste sentido, ensinar os fiéis a fazerem a própria experiência kerigmática com Jesus é um caminho sábio e prudente no discernimento para servir pastoralmente a comunidade eclesial. Portanto, a fé recebida pelo kerigma cristão encarna o batizado em uma realidade mística, no entanto sólida e sem alienações, onde o fundamento primário da fé se faz na Pessoa de Jesus e não na busca de aparições ou revelações.

Bibliografia

AGOSTINHO, Aurélio santo. *Confissões*. São Paulo: Editora Paulus, 1984.
_____. *O livre-arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1997.

- AQUINO, Tomaz são. *Suma Teológica*, v. I, q. 12, a. 4 e 5. *Como conhecer a Deus*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- _____. *Suma Teológica: a fé, a esperança e a caridade*. São Paulo: Loyola, IV, q. 47, a. 5, obj. 1.
- DOM CARREIRA, J. C. *Trevas ou Luz: os pecados capitais e os dons do Espírito Santo*. São Paulo: Associação Brasileira Ajuda à Igreja que sofre, 2011.
- EDINGER, E. F. *A criação da consciência: o mito de Jung para o homem moderno*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- FAUS, F. *A Conquista das Virtudes*. São Paulo: Cultor de livros, 2014.
- GRENZER, M. *O Projeto do Êxodo*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- KANT, I. *Crítica à razão pura*. Tradução: Valério Rohden e Udo Balgur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- LAURENTIN, R. Aparições – II Parte: Aspectos Históricos, in DE FIORES, Stefano e MEO, Salvatore. *Dicionário de Mariologia*. São Paulo: Paulus, 1995.
- LENT, R. *Neurociência: da mente ao comportamento*. São Paulo: Zahar, 2009.
- LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Tradução: Editora Unesp. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- MLODNOW, L. *Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas*. São Paulo: Zahar, 2013.
- TRESE, L. J. *A fé explicada*. São Paulo: Quadrante, 1999.
- PALMER, M. *Freud e Jung sobre a religião*. São Paulo: Loyola: 2001.
- PAPA FRANCISCO. *A Igreja da Misericórdia: minha visão para a Igreja*. São Paulo: Paralela, 2014.
- PAPA JOÃO PAULO II. *Fides et Ratio*. Exortação Apostólica Pós Sinodal: sobre a fé e razão. São Paulo: Paulinas, 1998.
- PETER, E. *Dicionário de Conceitos fundamentais de Teologia*. Tradução: João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1993, verbete Consciência e Responsabilidade.
- DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO DA IGREJA.

- COMISSÃO EPISCOPAL DE DOCTRINA. *Aparições e revelações particulares*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. *Normas para proceder no discernimento de presumíveis aparições e revelações*. São Paulo: Paulinas, 1978.
- DENZINGER – HÜNERMANN. *Compêndio dos Símbolos e Declarações de Fé e Moral*. Atualizada por Johan Konings com base na 43ª. Edição alemã (2010), preparada por Peter Hünermann e Helmut Hoping. 2. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2013.
- DOCUMENTO DA CNBB. *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. A conversão pastoral da paróquia: 100*. Edições CNBB: Aparecida, 2014.
- DOCUMENTO DE APARECIDA. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- EXORTAÇÃO PÓS-SINODAL. *Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. Ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos. São Paulo: Edições Paulus /Loyola, 2009.
- PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Tradução: CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005, DSI 139.

Recebido em: 23/08/2017

Aprovado em: 20/10/2017